

# Vereadores criticam proposta de redução da maioria penal

**Assunto:**

**DIREITOS HUMANOS**



*Vereadores e representantes da sociedade civil discutem efeitos da PEC 171/93. Foto: Mila Milowski*

Desde que a proposta de redução da maioria penal recebeu parecer pela admissibilidade na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara dos Deputados o debate sobre o assunto ganhou destaque na agenda dos brasileiros. Para tratar do tema, a Câmara de BH realizou audiência pública nesta terça-feira (26/5). Em pauta, a proposta de considerar penalmente imputáveis os maiores de 16, bem como seus possíveis reflexos na segurança pública e no bem estar das juventudes. Fruto de requerimento conjunto dos vereadores Arnaldo Godoy (PT), Gilson Reis (PT) e Pedro Patrus (PT), a reunião foi promovida pela Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor, e contou com a participação de representantes do movimento estudantil, de coletivos juvenis, conselhos tutelares e do secretário de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania, Nilmário Miranda.

Segundo o vereador Arnaldo Godoy, o Brasil assiste nos últimos anos ao fortalecimento de uma onda de conservadorismo que tem se refletido no reforço a políticas que tendem a criminalizar as juventudes, prejudicando, sobretudo, as populações pobres e negras. Nesse processo, de acordo com o vereador, os veículos de comunicação tradicionais estariam contribuindo para fortalecer o sentimento de insegurança, além de associarem às populações jovens o estigma da criminalidade e da violência. Mesma perspectiva foi defendida pelo vereador Adriano Ventura (PT).

Por outro lado, de acordo com dados apresentados na audiência, os menores de 18 seriam responsáveis por apenas 0,9% dos crimes cometidos no país. Além disso, segundo dados do Movimento Contra a Redução da Maioridade Penal, que envolve dezenas de entidades de defesa de direitos em todo o Brasil, apenas 0,5% dos adolescentes do país teriam cometido, até 2011, atos infracionais, ao passo que as juventudes seriam vítimas contumazes da criminalidade. Entre 1980 e 2010 os homicídios de crianças e adolescentes cresceram quase 350%, fazendo com que no início desta década

fosse registrado o assassinato de 24 meninos e meninas por dia, ou seja, uma ocorrência por hora.

De acordo com Márcia Alves, presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de BH, a violência contra esse público é alarmante, e vítima, sobretudo, os negros e os moradores de vilas e favelas. Segundo ela, a discussão sobre a redução da maioria penal coloca em causa a necessidade de discussão sobre o país que desejamos construir: ?queremos uma sociedade que cuida e protege da criança e do adolescente, e não que os pune e aprisiona, defendeu?.

### **Responsabilização**

De acordo com o secretário Nilmário Miranda, ao contrário do que prega o senso comum, existem no Brasil uma série de medidas de responsabilização do adolescente que comete atos infracionais, todas elas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Entre elas constam medidas socioeducativas que vão desde advertências e prestação de serviços à comunidade até a liberdade assistida e a internação, que priva o adolescente da liberdade.

Segundo Miranda, o índice de reincidência verificado entre jovens em cumprimento de medidas socioeducativas é de 30%, muito inferior ao verificado nas prisões, de onde 70% dos adultos egressos reincidem na criminalidade. Levar adolescentes aos presídios, nesse sentido, tornaria mais difícil a tarefa de lhes oferecer alternativas ao crime, bem como promover sua reinserção social, avalia o secretário.

Nessa perspectiva, representantes da sociedade civil presentes na audiência defenderam que o enfrentamento do problema da violência relacionada à juventude se dê por meio da plena aplicação dos dispositivos presentes no ECA, bem como no incremento do caráter educativo das medidas de responsabilização previstas no Estatuto.

### **Encaminhamentos**

Os vereadores Gilson Reis e Pedro Patrus, assim como Arnaldo Godoy, lamentaram o avanço da proposta na Câmara dos Deputados, e a identificaram como um retrocesso no tocante às políticas de Direitos Humanos. Como encaminhamento, os parlamentares propuseram o desenvolvimento de um trabalho de mobilização calcado na conscientização da sociedade e de agentes políticos a respeito do tema. Nesse sentido, ficou acordada a elaboração de um manifesto contra a PEC 171/93, que poderá ser assinado pelos vereadores da Casa, além da participação em ato contra a redução da maioria penal, nesta quarta-feira (27/5), às 18h, na Praça Sete. Em parceria com movimentos estudantis e com o Conselho Municipal de Defesa da Criança e do Adolescente, Godoy, Patrus e Gilson Reis decidiram pela realização de encontro para planejar reuniões de debate e formação a respeito do Estatuto da Criança e do Adolescente em escolas públicas e privadas do município.

Também estiveram presentes na reunião os vereadores Adriano Ventura (PT), Jorge Santos (PRB), Leonardo Mattos (PV) e o deputado estadual Cristiano Silveira.

Veja o [vídeo](#) completo da reunião.

### ***Superintendência de Comunicação Instituição***

#### **Data publicação:**

Terça-Feira, 26 Maio, 2015 - 00:00

---